# CARTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS DO CONCELHO DE CASCAIS

Câmara Municipal de Cascais VOLUME 4
ANEXOS CÂMARA MUNICIPAL







# CARTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS DO CONCELHO DE CASCAIS

ANEXOS

VOLUME 4



# Índice Geral

INQUÉRITOS	
Ficha de caracterização dos equipamentos	4
Inquérito às respostas Sociais	10
GLOSSÁRIO	13
LEGISLAÇÃO	24
DIDLIOCDATIA	2*





INQUÉRITOS

# Ficha de caracterização dos equipamentos

Carta de Equipamentos e Serviços Sociais do Concelho de Cascais

Ficha de Caracterização dos Equipamentos







1. IDENTIFICAÇÃO DO E Designação do equipam				
Morada do equipamento				
Localidade			reguesia	
Telefone	Fax		-mail	Site
2. IDENTIFICAÇÃO DA IN		-		
Designação da entidade				
Qual o âmbito geográfic		dade/	instituição?	
Nacional Regional	Supra- concelhio	Concell	io Freguesia Lo	ocal
Qual a natureza da entic	dade?			CÂMADA
Com fins lucrativos				CÂMARA MUNICIPAL
Sem fins lucrativos				DELLALIA
Tratando-se de uma ent	idade sem fins lucrati	vos ca	racterize-a	10 144
	Tutela da entidade		ideterize u.	1 3 JAN. 2010
Entidade pública	Tutela da elitidade _			I I was CIVIII
Entidade privada				CAST
IPSS	Assoc. Solid. Social		Cooperativa	CASCAIS
ONG	Outra		Qual?	The second secon
3 DOMÍNIO DE ACTUA	CÃO DO FOUIPAMENT	O (ass	inale com X as valências	s existentes no equipamento)
I. Infância e juventude	ÇAO DO EQUI AMEN	(435	mare comments of the	,
I.1. Acolhimento familiar			I.6. Clube de jovens	
L2. Ama			I.7. Creche	
I.3. Centro de actividades de	tempos livres e ludotecas		I.8. Creche familiar	
I.4. Centro de acolhimento te			I.9. Estabelecimento de edu	icação pré-escolar
I.5. Centro de férias			I.10. Lar de crianças e joven	is
II. Para reabilitação e integra	cão de pessoas com defic	iência		
II.1. Acessibilidade ao banho			II.5. Centro de férias	
II.2. Atendimento/acompanh	hamento e actividades		II.6. Lar de apoio/lar reside	ncial
sócio-culturais			n.o. car de apolo/lar reside	incia:
II.3. Centro de actividades o	cupacionais (CAO)		II.7. Transporte de pessoas	com deficiência
II.4. Centro de apoio sócio-e	ducativo/Educ. espec.			
crianças jovens				
III. Para idosos	14 America 27			
III.1. Centro de convívio/aca	demia		III.3. Lar	
III.2. Centro de dia			III.4. Residência	
IV. Para família e comunidad	le		n/ 4 n l P	
IV.1. Apoio alimentar		-	IV.4. Bolsas alimentares IV.5. Centro comunitário/co	entre de recurres
IV.2. Atendimento à populaç		-	IV.6. Refeitório/cantina soc	STATE OF THE PROPERTY OF THE P
IV.3. Atendimento a vítimas		iac	14.0. Referency carreins 300	
<ul> <li>V. Pessoas com comportame</li> <li>V.1. Apartamento de reinser</li> </ul>		las	V.4 Equipa de apoio social	directo
V.2. Centro de atendimento				
psicossocial	e acompaniamento		V.5. Grupo de auto-ajuda	
V.3. Comunidade terapêutic	a		V.6. Unidade de dia	
VI. Para pessoas infectadas e				
VI.1.Centro de atendimento			VI.2. Residência	
psicossocial			VLZ. Residencia	
VII. Pessoas em situação de	dependência			
VII.1. Apoio domiciliário			30	
VIII. Pessoas com doença me	ental			
VIII.1. Centro residencial			VIII.2. Fórum sócio-ocupac	ional
TV Outra			Qual?	

4. CARACTERIZAÇÃO GERAL		
Início de funcionamento 19		
Número de recursos humanos afectos ao equi	pamento	
Considera os recursos humanos adequados?		
Sim Não		
Porquê?		
Qual o tipo de instalações? (assinale com X)		
Andar Moradia	/ Vivenda	
Edifício Sala		
Outro Qual?		
Qual o tipo de construção do equipamento? (a		
Qual o dimensionamento do equipamento?	Área de implantação (no lot	la!
Área útil (só compartimentos) Área de construção total	Área do lote	
Qual o regime de ocupação do edifício? (assina		
Propriedade [		
Arrendamento		
	lº de anos	
Outro	Qual?	
577		CAMADA MUNICIPAL II
<ol> <li>AVALIAÇÃO</li> <li>Avaliação do nível de conforto</li> </ol>		CAMARA MUNICIPAL
O equipamento possui alguma destas condi	rões?	DELIALIA
O equipamento possui algunia destas condi	Sim Não	1 9 IAN 2010
Iluminação natural		10 3/11. 2010
Ventilação natural		TILOTHIO
Climatização artificial		CASCAIS
Águas quentes		
Gás de Rede		
Telefone		
Acesso à Internet		
Avaliação do nível ambiental		
O equipamento possui:		
	Sim Não	
Esgotos de rede		
Fossa		
Separação/triagem de resíduos sólidos		
Recolha de resíduos hospitalares		
Avaliação da autonomia		
O equipamento possui:		
	Sim Não	
Reservatório de água		
Gerador de energia		
Painéis solares		
Qual o pé direito médio (altura média dos co	mnartimentos)?	
Qual o estado de conservação das instalações		
	Deficiente	
Bom Razoável	Dendente	
Avaliação da segurança		
	Sim Não	
Existe simbologia de evacuação?		
Existe saídas de emergência?		
Existe protecção contra roubo e intrusão?		
Existe sistema de detecção de incêndios?		
Existem extintores?		
Avaliação do acesso ao edifício		

	Assinale sim/não		Qual o número	
	Privativo	Público	de lugares total?	de lugares p/deficientes?
Tem parque de estacionamento para funcionários?				
Tem parque de estacionamento para visitantes?				
Tem lugar para tomada e largada de passageiros?				
Tem lugar reservado para ambulâncias?				
Tem lugar reservado para cargas e descargas?				



Viaturas de						Assinale com um X		
apoio ao	0.	Qual o tipo de viatura?					Adaptação com plataforma elevatór	
		(viatura ligeira, ligeira com 9 lugares, au				autocarro)		
equipamento Viatura 1	(0	iatura ii	gena, ng	jena co	iii 5 iugares, c	autocarro)	EXISTENCE	Inexistente
Viatura 2	_							
Viatura 3	_							
Viatura 4								
Vidtara 4								
aliação da acessibilidad	e de pe	essoas	om mo	bilidad	e condiciona	da		
.1. Condições de acess								
.1. Condições de acess	Sibiliua	ue ao e	cumero	(433111		^,		
		c.		Se não, é		1		
	Existe	ência		sário?			ção possível	
			(S/N)		Difícil	Pequenos	Obras de	
	Sim	Não	(3/14)		instalação	ajustes	fundo	
Por rampa								
Por dispositivo mecânico	i							
lão livre da porta princip	oal> ou	= a						
90 cm								
.2. Condições de mob	ilidado	no edi	ifício					
	iliuaue	no eu	ilicio					
					Adaptação			
			Existên	cia		Com instala	ação possível	
					Difícil	Pequenos	Obras de	
			Sim	Não	instalação	ajustes	fundo	
Ascensores (largura útil o	do vão d	da porta	a > ou =	a				
0,80 cm)								
Portas interiores (larg. li								
Balcões ou guichets (altu	ıra máxi	ima de (	0,70 e 0,	80)				
Instalações sanitárias ada	aptadas	a pop.	port.					
deficiência			•					
	ador (a	ccinala		, X)				
aliação das funcionalid	ades (a	ssinale		1 X)				
aliação das funcionalid	ades (a		com um					
valiação das funcionalid equipamento possui:	ades (a			n X) Não			CÂMARA N	IUNIÇJPAL
valiação das funcionalid equipamento possui: ozinha	ades (a		com um				CÂMARA N	IUNICIPAL
valiação das funcionalid equipamento possui: ozinha vandaria	ades (a		com um				CÂMARA N	TUNIÇJEAL
valiação das funcionalid equipamento possui: ozinha vandaria blioteca	ades (a		com um				CÂMARA N	IUNICIPAL I
valiação das funcionalid equipamento possui: ozinha vandaria blioteca	ades (a		com um				CÂMARA N 19 JA	IUNICIPAL II A O N. 2010
valiação das funcionalid equipamento possui: ozinha evandaria blioteca ar alão polivalente	ades (a		com um				CÂMARA N 19 JA	N. 2010
valiação das funcionalid equipamento possui: ozinha vandaria blioteca ar alão polivalente scina interior	ades (a		com um				19 JA	N. 2010
valiação das funcionalid equipamento possui: ozinha ovandaria blioteca ar alão polivalente scina interior scina exterior	ades (a		com um				19 JA	N. 2010
valiação das funcionalid equipamento possui: ozinha vandaria blioteca or slão polivalente scina interior scina exterior orque infantil	ades (a		com um				19 JA	N. 2010
valiação das funcionalid equipamento possui: ozinha vandaria blioteca alão polivalente scina interior scina exterior arque infantil	ades (a		com um				19 JA	N. 2010
valiação das funcionalid equipamento possui: ozinha vandaria blioteca or olão polivalente scina interior scina exterior arque infantil ola de computadores ogradouro	ades (a		com um				19 JA	N. 2010
valiação das funcionalid equipamento possui: ozinha vandaria blioteca ur ulão polivalente scina interior scina exterior arque infantil ala de computadores ogradouro rdim	ades (a		com um				19 JA TLUT CASC	N. 2010 NI/ 10
valiação das funcionalid equipamento possui: ozinha ovandaria blioteca ar elão polivalente scina interior scina exterior arque infantil ala de computadores ogradouro ordim utro	ades (a		com um				19 JA TLUI CASC	N. 2010 NI/ TO
raliação das funcionalid equipamento possui:  zinha vandaria blioteca r lão polivalente scina interior rque infantil la de computadores gradouro rdim utro	ades (a		com um		Qual?		19 JA TLUT CASC	N. 2010 NI/ TO
valiação das funcionalid equipamento possui: ezinha vandaria blioteca ir ilão polivalente scina interior scina exterior irque infantil ila de computadores egradouro rdim utro	ades (a		com um		Qual?		19 JA TLUI CASC	N. 2010 NI/ TO
valiação das funcionalid equipamento possui: ezinha vandaria blioteca er lão polivalente scina interior scina exterior erque infantil ela de computadores egradouro rdim eutro eutro eutro eutro eutro eutro eutro eutro		S	com um	Não	Qual?		19 JA TLUT CASC	N. 2010 NI/TO
valiação das funcionalid equipamento possui: varinha vandaria bilioteca la polivalente scina interior scina exterior irque infantil la de computadores regradouro rdim atro utro utro instituição/entidade dis instituição/entidade dis instituição/entidade dis	sponibil	S L L L L L L L L L L L L L L L L L L L	com um	Não	Qual?		19 JA TLUT CASC	N. 2010 NI/TO
valiação das funcionalid equipamento possui:  valiação das funcionalid equipamento possui:  valia vandaria blioteca  ur ulão polivalente scina interior scina exterior arque infantil ula de computadores ogradouro rdim utro utro utro instituição/entidade dis ctividades e fins exterior	sponibil	liza ou a própr	com um	Não	Qual?		19 JA TLUT CASC	N. 2010 NI/TO
valiação das funcionalid equipamento possui:  ozinha ovandaria blioteca ar alão polivalente scina interior scina exterior arque infantil ala de computadores ogradouro urto utro utro instituição/entidade dis ctividades e fins exterior	sponibil	S L L L L L L L L L L L L L L L L L L L	com um	Não	Qual?		19 JA TLUT CASC	N. 2010 NI/TO
valiação das funcionalid equipamento possui:  ozinha vandaria blioteca ar ellão polivalente scina interior scina exterior arque infantil ella de computadores ogradouro utro utro utro instituição/entidade disctividades e fins exterior m	sponibil res à su	liza ou a própr	com um	Não	Qual?		19 JA TLUT CASC	N. 2010 NI/TO
valiação das funcionalid equipamento possui:  vzinha vandaria blioteca ur elão polivalente escina interior escina exterior erque infantil ela de computadores egradouro rdim eutro eutro eutro einstituição/entidade disectividades e fins exterior en	sponibil res à su	liza ou a própr	com um	Não	Qual?		19 JA TLUT CASC	N. 2010 NI/TO
valiação das funcionalid equipamento possui:  vzinha vandaria blioteca ur elão polivalente escina interior escina exterior erque infantil ela de computadores egradouro rdim eutro eutro eutro einstituição/entidade disectividades e fins exterior en	sponibil res à su	liza ou a própr	com um	Não	Qual?		19 JA TLUT CASC	N. 2010 NI/TO
raliação das funcionalid equipamento possui:  zinha vandaria blioteca r lão polivalente scina interior rque infantil la de computadores gradouro rdim atro utro utro instituição/entidade distividades e fins exterior	sponibil res à su	liza ou a própr	com um	Não	Qual?		19 JA TLUT CASC	N. 2010 NI/TO
valiação das funcionalid equipamento possui:  valiação das funcionalid equipamento possui:  valia de computadores egradouro rdim entro ent	sponibil res à su	liza ou la própr	com um	Não Vir a didade?	Qual? _ Qual? _ sponibilizar a	lguns dos es	19 JA	N. 2010 NI/TO
deficiência  valiação das funcionalid equipamento possui:  ozinha evandaria blioteca ar alão polivalente scina interior scina exterior arque infantil ala de computadores ogradouro utro utro instituição/entidade dis ctividades e fins exterior im e sim, quais os espaços?  onsidera que o espaço i	sponibil res à su	liza ou la própr	poderá via activi	Não Vir a didade?	Qual? _ Qual? _ sponibilizar a	lguns dos es	19 JA	N. 2010 NI/TO

Identifique quais os principais problemas/necessidades que se colocam à gestão do equipamento?



6. INVESTIMENTO					
Fontes de financiamento					
Quais as fontes de financia	amento uti	lizadas para c	riação/aquisição	o das instalações	s? (assinale com um X)
Qualis as ronnes are minimum	<25%	26 a 50%	51 a 75%	> a 76%	
Administração central					
Administração local					
Privados (Mecenato)					
Fundos Comunitários					
Outros. Quais?					
Quais as fontes de financia	amento uti	lizadas para o	funcionamento	o? (assinale com	um X)
Qualis as rentes as manage			25% 26 a	51 a 75%	> a 76%
			50%		
Comparticipação dos associa-	dos				
Comparticipação dos utentes					
Acordo de cooperação					
Com que entidade?					
Qual o tipo de acordo?					
Subsídios eventuais					
Donativos					
Programas					
Protocolos com a CMC					
Protocolos com a J.F.					
Outros. Quais?					
		-			CAMARA MUNICIPAL
22-02 07 1981 1991 19 10000			17		
Existem investimentos prog	ramados a		anos)?		
Sim	I	Não			1 9 IAN 2010
Em caso afirmativo, em qu	ue áreas?				II III III
Ampliação das instalações		Aquisição o	le equipamento		TIL DIALLO
Renovação e remodelação					CASCAIS
Outra		Qual?			
Prevê-se a abertura de nov	as resnostas	/ servicos a ci	irto prazo?	Sim Não	
Quais?				ш.	
Quaisr					
Prevê-se a contratação de r	recursos hur	manos/pessoa	l a curto prazo? (	Quais as fontes di	e financiamento previstas?
Considera que existe algun	na questão i	mportante qu	e não tenha sido	abordada?	
Nome do responsável pelo	preenchime	ento deste que	estionário:		
Data de preenchimento:	F				
	/ /200	5			
	_//200	5			

Para eventuais esclarecimentos, contactar o CEDRU (Dra. Carla Figueiredo/Dra. Inês Andrade) através do telefone 217 121 240

Obrigado pela sua colaboração

# Inquérito às respostas Sociais

						·al	
		el pela va	lencia			Função	
	<b>OS GERAIS</b> vício de funciona	mento 19					
nformaç	ão sobre os recu	rsos huma	nos afe	ctos à valência		Afectação Horária	
uncionár	Função	Sexo (M/ F)	Idade	Habilitações Literárias	Vinculo Contratual	Tempo inteiro =TI Tempo parcial =TP	Acumula c/ outra valência (S/N)
ndivíduo							
ndivíduo							
ndivíduo							
ndividuo							
ndivíduo						CÂMARA MU	NICIPAL.
ndividuo						DELIAL	IAA
ndividuo						19 JAN.	2010
ndivíduo						TLUTT	1111
ndivíduo		_				CASC	AIS
ndivíduo							
0 ndivíduo							
1 ndivíduo	-						
2							
ndividuo 3							
ndivíduo 4							
ndividuo .5							
∕leios in	formáticos dispo	níveis para	o corp				
1.° comp	utadores c/acesso	à Internet		N.º de computado	res s/acesso à		
unciona	mento						
.4.1. Per	riodicidade						
ó dias ú					Outra situação	Qual?	
	rário: abertura	; er	icerram	ento			
	íodo de férias						

Confecção de refeições  Serviço de refeições  Actividades desportivas  Actividades musicais  Acompanhamento psicológico  Actividades lúdicas  Cuidados de saúde  Zona de internamento/convalescença  Qual (is)?  Qual (is)?	
É disponibilizado aos utentes acesso a meios informáticos?  Sim Não    Não	
É disponibilizado aos utentes acesso à Internet?  Sim Não	
Indique as fontes de financiamento específicas para esta valência/resposta e respectivo número de utentes	
Acordo de cooperação Com que entidade? Qual o tipo de acordo?	NIÇIPAL
Protocolos com a CMC Protocolos com a J.F. Subsídios eventuais Programas Outros. Quais?	2010 1 1 1 S
Existem projectos em parceria com outras instituições? Quais?	_
3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO  Qual o número total de utentes nos últimos 3 anos?  2001	
3.2.1. Indique a idade limite de permanência dos utentes	
Indique a proveniência dos utentes (assinale com X)  Concelho de Cascais  Outro concelho  Qual?	
Existem candidatos em lista de espera para beneficiar dos serviços?  Sim  Não  Caso exista lista de espera, quantas pessoas se encontram nesta situação?	
Quais os critérios utilizados para a selecção de utentes?	
4. AVALIAÇÃO GLOBAL 4.1. Dentro do equipamento a valência tem espaços exclusivos?  Sim Não   4.2. Qual o estado de conservação do espaço onde funciona a valência?  Bom Razoável Deficiente  4.3. Qual o tipo de construção?	

De raiz	Adaptada	
4.4. N.º total de quartos: N.º tot	al de camas:	
4.5. N.º de quartos com casa de banh Com duche Sem duche	no privativa: Adaptada para população com mobilidade o	condicionada
4.6. N.º de quartos acessíveis a pesso	oas com mobilidade condicionada:	
4.7. Número de quartos com:  1 cama 2 camas 3 camas	4 camas 5 camas Mais de 5 camas	CÂMARA MUNICIPAL
4.8. Considera que o espaço reúne as Sim Porquê?	Não	CASCAIS
4.9. Identifique quais as potencialidad	des da Entidade/Instituição nesta valência?	
4.10. Quais os constrangimentos/difi	culdades relativos a esta valência?	
5. INVESTIMENTO 5.1. Estão programados investimento Em caso afirmativo, em que áreas? Ampliação das instalações Renovação e remodelação	os a curto prazo (5 anos)? (S/N) Aquisição de equipamento Outra	Qual?
5.2. Quais as fontes de financiamento	o previstas?	
5.3. Considera que existe alguma que	estão importante que não tenha sido abordada?	
Nome do responsável pelo preenchiment	to do questionário	

Para eventuais esclarecimentos, contactar o CEDRU (Dra. Carla Figueiredo/Dra. Inês Andrade) através do telefone 217 121 240

Obrigado pela sua colaboração



**GLOSSÁRIO** 

# Glossário

# CARTA SOCIAL/CARTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS

Conjunto de bases de dados temáticas relacionadas entre si, com uma base geográfica desagregada aos diversos níveis estatísticos, integrando informação relevante para a caracterização da situação social e susceptível de ser permanentemente actualizável.

## **EQUIPAMENTO SOCIAL**

Edificação destinada à prestação de serviços e respostas sociais à comunidade ou de enquadramento a determinadas respostas que são prestadas junto da comunidade (exemplo de serviços ambulatórios, domiciliários).

### RESPOSTA SOCIAL

Conjunto de iniciativas/serviços de acção social desenvolvidos no interior ou a partir de um equipamento social, organizados em função dos diversos públicos-alvo, com vista a satisfazer determinadas necessidades dos utentes.

## **SERVIÇOS**

Conjunto de actividades desenvolvidas no âmbito de cada Resposta Social.

# TIPO MORFOLÓGICO/ SUB-TIPO MORFOLÓGICO

Agrupamentos de Respostas Sociais segundo a população-alvo.



# TIPO MORFOLÓGICO: PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE

## ACOLHIMENTO FAMILIAR

Resposta social que consiste em acolher, transitória e temporariamente, por famílias consideradas idóneas para a prestação desse serviço e tecnicamente enquadradas, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio-educativa, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança / jovem (Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro).

### AMA

Pessoa que por conta própria e mediante retribuição, cuida de uma ou mais crianças que não sejam suas, parentes ou afins na linha recta ou no 2º grau da linha colateral por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais (Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio).

# CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, decorrente de abandono, maus tratos, negligência ou outros factores,

criando condições para a definição do projecto de vida de cada criança / jovem, com vista ao seu adequado encaminhamento.

### CENTRO DE ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES E LUDOTECAS

Resposta que se destina a proporcionar actividades do âmbito da animação sócio-cultural a crianças, tendencialmente, a partir dos 6 anos e a jovens, nos períodos disponíveis das responsabilidades, escolares, de trabalho e outras. Os centros de actividades de tempos livres podem revestir várias formas, de acordo com o modelo de intervenção, nomeadamente: para acompanhamento/inserção (animação de rua, actividades de porta aberta); para prática de actividades especializadas (desporto, bibliotecas, ludotecas, ateliers de expressão, cine-clubes, clubes de fotografia); para multi-actividades (onde se enquadram os clássicos centros de ATL). Nesta resposta social podem ser individualizadas, em particular, três modalidades que são as seguintes:

Os ATL destinam-se a crianças a partir dos 6 anos de idade e a adolescentes e visam, através da criação de um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal de cada criança ou jovem e da participação da vida em grupo, contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e inserção na sociedade, assim como favorecer a inter-relação família/escola/comunidade.

Os **Espaços Lúdicos** têm por finalidade dar resposta às necessidades sócio-educativas das famílias e, como tal, constituem espaços abertos, flexíveis e de acolhimento, onde as crianças são actores de uma simbiose de brincadeiras e aprendizagens que sustentam o desenvolvimento da sua criatividade, potencialidades e sensibilidades.

As **Ludotecas** são espaços promotores de actividades lúdicas, abertos à comunidade, de acesso livre e gratuito, dirigido às crianças a partir dos 3 anos de idade de forma individual quer colectiva, através de Jardins de Infância, Escolas da Rede Pública e Privada e Instituições Sem Fins Lucrativos.

# CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL (Resposta Social proposta)

Resposta social que tem como finalidade central promover o reforço das competências pessoais dos intervenientes no sistema familiar da criança/jovem em perigo, por motivos de ordem social ou de saúde/doença, através de uma abordagem integrada e, ainda, uma função de mediação entre a família e os serviços envolvidos.

### CENTRO DE FÉRIAS

Resposta que proporciona a crianças e jovens estadia temporária, fora do domicílio familiar, por ocasião das férias escolares, de trabalho ou outras. Os centros de férias podem revestir várias formas, nomeadamente centros maternais, colónia de férias, campos de férias, campos de trabalho, acampamentos.

# **CLUBE DE JOVENS**

Resposta Social que se destina a proporcionar actividades diversas, no âmbito da animação sócio-cultural, para preenchimento de tempos livres de jovens, em princípio, com idade superior a 12 anos.



### CRECHE

Resposta social de âmbito sócio-educativo que se destina a crianças até aos 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, prevista na lei de protecção da maternidade/paternidade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas ao desenvolvimento harmonioso e global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo.

## CRECHE FAMILIAR

È um conjunto de amas, não inferior a 12 nem superior a 20, que residem na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos centros regionais de segurança social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com actividades no âmbito das 1ª e 2ª infâncias. (Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio). Acrescente-se que em Cascais as creches familiares existentes diferem desta definição tradicional, uma vez que as "amas" são enquadradas por educadoras de infância da creche; as crianças participam em acções conjuntas com as crianças da creche; em termos laborais, estas "amas" possuem vínculo a uma IPSS.

# EQUIPAS DE APOIO A FAMÍLIAS COM CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO (Resposta Social proposta)

Resposta Social que tem como objectivo efectuar um acompanhamento o mais próximo possível das famílias em que foram sinalizadas crianças ou jovens em situação de risco, compreendendo esta situação toda uma vasta multiplicidade de situações de problemáticas (familiares, sociais, patológicos, etc...), de modo a poder contribuir para a resolução dos problemas existentes, evitando que a criança/jovem tenha de ser encaminhado para um equipamento fora do seu ambiente familiar.

# ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

É um serviço vocacionado para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família. (Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro – Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar).

# INTERVENÇÃO PRECOCE (Resposta Social proposta)

Trata-se de uma medida de apoio integrado, centrada na criança, mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, no âmbito da educação, saúde e acção social. Esta assegura condições facilitadoras do desenvolvimento das crianças até aos 6 anos de idade, especialmente dos 0 aos 3 anos que apresentem deficiência ou com elevado risco de grave atraso de desenvolvimento, e potencia a melhoria das interacções familiares.

# LAR DE CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento de crianças / jovens, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento global, criando condições para a definição do projecto de vida de cada criança / jovem.

1 9 JAN. 2010

# UNIDADE DE EMERGÊNCIA PARA CRIANÇAS E JOVENS (Resposta Social proposta)

Resposta social integrada em estruturas de CAT e de Lar, constituída por vagas permanentemente disponíveis nestes equipamentos e que tem como objectivo o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, para os quais não existe resposta imediata nos CAT.

# TIPO MORFOLÓGICO: PARA A REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

## ACESSIBILIDADE AO BANHO DE MAR

Resposta social que permite às pessoas com mobilidade condicionada o acesso à praia e ao banho de mar em condições de segurança através da utilização de um equipamento - Tiralô – cadeira de mar. O principal objectivo é facilitar a fruição das potencialidades terapêuticas e lúdicas que a praia pode proporcionar.

# APOIO EM REGIME DE AMBULATÓRIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (Resposta Social proposta)

Resposta Social inserida no âmbito do apoio a pessoas portadoras de deficiência neuro-motora e/ou com problemas de desenvolvimento, suas famílias e técnicos da comunidade, que integra actividades de avaliação, orientação e intervenção terapêutica e sócio-educativa. Estas actividades são promovidas por equipas transdiciplinares e desenvolvidas segundo uma regularidade variável, estabelecida consoante as necessidades da criança, jovem, adulto ou família em causa, nos centros especializados ou nos próprios contextos de vida daqueles.

# ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO E ACTIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS

Resposta social organizada em espaço polivalente, destinada a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como actividades de animação sócio-cultural.

# CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS - CAO

Estrutura destinada a desenvolver actividades para pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma actividade produtiva (Decreto-Lei 18/89). Esta Resposta Social visa:

- Estimular e facilitar o desenvolvimento das suas capacidades;
- Facilitar a sua integração social
- Facilitar o seu encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração sócio-profissional.

(Decreto-Lei n.º 18/89, de 11 de Janeiro e Despacho n.º 52/SESS/90, de 16 de Julho).

# CENTRO DE APOIO SÓCIO-EDUCATIVO/EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA CRIANÇAS E JOVENS

Resposta que integra actividades diferenciadas de natureza sócio-educativa, de apoio à integração e de apoios complementares, destinada a crianças e jovens com necessidades

educativas especiais que não encontram resposta nas escolas regulares e que exijam um atendimento educativo específico resultante de:

- Dificuldades graves de comunicação no acesso ao currculo regular, designadamente nas áreas da motricidade, da linguagem, da visão e da audição;
- Dificuldades graves de compreensão do currículo regular;
- Problemas graves do foro emocional e comportamental.

## CENTRO DE FÉRIAS

Resposta que proporciona a jovens e adultos com deficiência estadia temporária, fora do domicílio familiar, por ocasião das férias escolares, de trabalho ou outras. Os centros de férias podem revestir várias formas, nomeadamente centros maternais, colónias de férias, campos de férias, campos de trabalho, acampamentos.

# CENTRO DE REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM CEGUEIRA (Resposta Social proposta)

Resposta Social desenvolvida em equipamento que proporciona às pessoas com cegueira recente, uma adaptação e ajustamento físico e psicológico a este estado, assim como a sua própria integração familiar e social.

# INTERVENÇÃO PRECOCE (Resposta Social proposta)

Trata-se de uma medida de apoio integrado, centrada na criança, mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, no âmbito da educação, saúde e acção social. Esta assegura condições facilitadoras do desenvolvimento das crianças até aos 6 anos de idade, especialmente dos 0 aos 3 anos que apresentem, deficiência ou com elevado risco de grave atraso de desenvolvimento, e potencia a melhoria das interacções familiares.

# LAR DE APOIO / LAR RESIDENCIAL

Resposta social destinada a acolher crianças e jovens entre os 6 e os 16/18 anos de idade, com necessidades educativas especiais, que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual. Destinam-se, ainda, a apoiar situações que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

### TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Serviço de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência que tem por objectivo facilitar a sua mobilidade, assegurando transporte e acompanhamento personalizado, em ordem à prossecução dos objectivos gerais de reabilitação e integração da pessoa com deficiência.



# TIPO MORFOLÓGICO: PARA IDOSOS

# CENTRO DE CONVÍVIO/ACADEMIA

Resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa dos idosos.

# CENTRO DE DIA

Resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar.

# CENTRO DE NOITE (Resposta Social proposta)

Resposta Social que tem como objectivo assegurar o alojamento e acompanhamento, durante o período nocturno, de pessoas idosas que por razões de isolamento e solidão não podem permanecer no domicílio.

### LAR

Estabelecimento em que sejam desenvolvidas actividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando o convívio e proporcionando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes. (Despacho Normativo n.º 12/98, de 05 de Março).

# RESIDÊNCIA (Resposta Social proposta)

Resposta social desenvolvida em equipamento, constituído por um conjunto de apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial.

# TIPO MORFOLÓGICO: PARA A FAMÍLIA E COMUNIDADE

## APOIO SOCIAL GENÉRICO

Os serviços dispensados nesta Resposta são de fácil demarcação, confundindo-se e sobrepondose facilmente ao comummente apelidado Centro de Recursos. Pode caracterizar-se esta Resposta por serviços "porta aberta", prestados em função das solicitações diárias da comunidade onde se está inserido.

### APOIO ALIMENTAR

Resposta social que consiste num Programa promovido pela Câmara Municipal de Cascais, em parceria com duas IPSS: a Fundação "O Século" e a Santa Casa da Misericórdia de Cascais. Destinando-se, maioritariamente, a munícipes carenciados, no que respeita à confecção de alimentos (em situação de dependência temporária ou definitiva), o Programa prevê a distribuição de refeições no domicílio com o objectivo de contribuir para uma quebra do isolamento e para uma maior adequação das respostas às necessidades das pessoas idosas e/ou dependência. Esta resposta social possibilita assim uma conciliação da vida familiar/vida profissional.

# ATENDIMENTO À POPULAÇÃO IMIGRANTE

Resposta social que visa apoiar as pessoas e famílias de imigrantes em dificuldade, na prevenção e / ou resolução de problemas disponibilizando informação, contactos úteis e até prestando acompanhamento em alguns processos, como por exemplo, de documentação, reagrupamento familiar, reconhecimento de habilitações, entre outros.

# ATENDIMENTO À POPULAÇÃO IMIGRANTE (Resposta Social proposta)

Resposta Social que se destina a prestar apoio e atendimento ao imigrante, transversal aos vários problemas específicos com que estes se deparam (documentação, trabalho, educação, saúde, habitação, reagrupamento familiar, reconhecimento de habilitações e competências). Este apoio concretiza-se através da prestação de informações de carácter diverso, no acompanhamento dos procedimentos legais e ainda no estabelecimento de uma estreita ligação com vários serviços, com vista à resolução de diferendos entre estes e os imigrantes. Devendo encontrar-se equipado com um posto multimédia, um telefone e folhetos informativos, deverá ter presente um técnico que, numa lógica de II geração se destina também a prevenir ou solucionar situações de exclusão que afectem os imigrantes.

ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Resposta social que tem como objectivo dar apoio a pessoas vítimas de violência, na prevenção e / ou resolução de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão, assente numa relação de reciprocidade técnico / utente, tendo em vista a promoção de condições facilitadoras da sua integração sócio-familiar, através, nomeadamente, do apoio à elaboração e acompanhamento de um projecto de vida.

### **BOLSAS ALIMENTARES**

Resposta social que tem por finalidade contribuir para a resolução de situações de carências alimentar de pessoas e famílias desfavorecidas, promovendo a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou outras entidades sem fins lucrativos.

### CENTRO COMUNITÁRIO/CENTRO DE RECURSOS

Estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido.

### CENTRO DE APOIO À VIDA (Resposta Social proposta)

Resposta Social que tem como finalidade central proporcionar condições de apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos.

### REFEITÓRIO / CANTINA SOCIAL

Resposta social desenvolvida em equipamento destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, como higiene pessoal, tratamento de roupas e outras desenvolvidas em *ateliers*.

# TIPO MORFOLÓGICO: PARA PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E SUAS FAMÍLIAS

# APARTAMENTO DE REINSERÇÃO SOCIAL

Unidades residenciais temporárias destinadas a apoio a toxicodependentes que se confrontam, designadamente, após a saída de unidades de tratamento ou após a saída de estabelecimentos prisionais, dos centros tutelares ou de outros estabelecimento da área da justiça, com problemas de reinserção, quer familiar, social, escolar ou profissional (Decreto-Lei n.º72/99, de 15 de Março).

### CENTRO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL

Resposta que se destina a informar, orientar e apoiar social e psicologicamente indivíduos e famílias afectadas por comportamentos aditivos, com vista à prevenção e restabelecimento do seu equilíbrio funcional.

# COMUNIDADE TERAPÊUTICA

Resposta social especializada em toxicodependência, que tem por objectivo prestar cuidados a toxicodependentes que necessitem de internamento prolongado, com apoio psicoterapêutico e socioterapêutico, sob supervisão psiquiátrica, com a finalidade de promover o seu tratamento e a sua ressociabilização.

### **EQUIPA DE APOIO SOCIAL DIRECTO**

Unidades de intervenção directa junto das populações toxicodependentes e suas famílias e, de uma forma geral, junto de comunidades afectadas pelo fenómeno da toxicodependência, com o objectivo de fomentar a integração dos toxicodependentes em processos de recuperação, tratamento e de reinserção social através do desenvolvimento de acções articuladas de sensibilização, orientação e encaminhamento (Decreto-Lei n.º72/99, de 15 de Março).

## GRUPO DE AUTO-AJUDA

Resposta social que consiste em unidades especializadas que constituem um ponto de ligação entre o tratamento e a reinserção, envolvendo a aprendizagem de um modo de vida diferente das anteriores vivências, pondo ao dispor do utente actividades terapêuticas, educativas, formativas e ocupacionais.

# UNIDADE DE DIA

Resposta social que consiste em unidades especializadas que constituem um ponto de ligação entre o Tratamento e a Reinserção, envolvendo a aprendizagem de um modo de vida diferente das anteriores vivências pondo ao dispor do toxicodependente actividades terapêuticas, educativas, formativas e ocupacionais.



# TIPO MORFOLÓGICO: PARA PESSOAS INFECTADAS E AFECTADAS PELO VIH/SIDA CENTRO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL (CAAP)

Resposta que se destina a informar, orientar e apoiar social e psicologicamente indivíduos e famílias afectadas pelo VIH/SIDA com vista à prevenção e restabelecimento do seu equilíbrio funcional.

## RESIDÊNCIA

Resposta social a desenvolver em equipamento destinada a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA, em ruptura familiar e desfavorecimento sócio-económico.

# TIPO MORFOLÓGICO: PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE GRANDE DEPENDÊNCIA APOIO DOMICILIÁRIO

Resposta social que consiste na prestação de cuidados personalizados, no domicílio, a idosos, crianças, adultos ou famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das sua necessidades básicas e/ou as actividades de vida diária.

# TIPO MORFOLÓGICO: PARA PESSOAS COM DOENÇA MENTAL CENTRO RESIDENCIAL

Resposta desenvolvida em equipamento, destinada alojar e prestar um conjunto de serviços e actividades a população com deficiência mental, que se encontre impedida, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar normal.

# FÓRUM SÓCIO-OCUPACIONAL

Equipamento destinado a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sócio-familiar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido (Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

# UNIDADE DE VIDA APOIADA (Resposta Social proposta)

Resposta habitacional, com capacidade média para 20 utentes, destinada a pessoas que por limitação mental crónica e factores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as actividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente (*in* decreto de lei 407/98 de 18 de Junho).

# UNIDADE DE VIDA PROTEGIDA (Resposta Social proposta)

Estrutura habitacional com capacidade para cinco a sete utentes destinada sobretudo ao treino de autonomia de pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica, clinicamente estável desde que se verifiquem: i) potencialidades passíveis de desenvolvimento, pela integração em programa de reabilitação psicosocial; ii) ausência de alternativa residencial

ou, tendo-a, são rejeitados ou rejeitam os conviventes (mesmo familiares directos), (in decreto de lei 407/98 de 18 de Junho).

# PESSOAS SEM ABRIGO E DOMICÍLIO INSTÁVEL (tipo morfológico proposto)

# CENTRO DE APOIO SOCIAL PARA SEM-ABRIGO (Resposta Social proposta)

Resposta Social que se caracteriza pela prestação de um conjunto de apoios diversificados à população sem-abrigo, ajustada às principais necessidades elementares identificadas, de forma a assegurar as mínimas condições de vida.

# EQUIPAS DE RUA PARA SEM-ABRIGO (Resposta Social proposta)

Consiste na abordagem e entrevistas de rua a sem-abrigo, tendo por objectivo o estabelecimento de uma relação pessoal, visando a melhoria das suas condições de vida, com o apoio psicossocial contínuo e a ligação, articulação e cooperação com os outros serviços.





LEGISLAÇÃO

# **LEGISLAÇÃO**

# AMAS

Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio

# ACOLHIMENTO FAMILIAR

Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro

Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro



# CENTROS DE ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES - ATL

Despacho Normativo n.º 96/89, de 11 de Setembro, emitido por Secretaria de Estado da Segurança Social.

# ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, revogando o Decreto-lei n.º 123/97, de 22 de Maio de 1997 – DR 118/97 – Série I-A, emitido por Ministério da Solidariedade e Segurança Social

# CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS - CAO

Decreto-Lei n.º 18/89, de 11 de Janeiro

Despacho n.º 52/SESS/90, de 16 de Julho

# **CRECHES FAMILIARES**

Portaria N.º 88/2002, de 12 de Setembro – emitido por Secretaria Regional dos Assuntos Sociais da Região Autónoma dos Açores

Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio

# **CRECHES COM FINS LUCRATIVOS**

Despacho normativo n.º 99/89 de 27 de Outubro de 1989 – Aprova as Normas Reguladoras das Condições de Instalação e Funcionamento das Creches com Fins Lucrativos – emitido por Secretaria de Estado da Segurança Social

# **CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS**

Decreto-Lei nº 101/2006 de 6 de Junho criou a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, no âmbito dos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social.

# ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro - Lei-Quadro da Educação Pré-escolar

# INTERVENÇÃO PRECOCE

Despacho Conjunto n.º 891/99, de 13 de Agosto

## LAR PARA IDOSOS

Despacho Normativo n.º 12/98, de 5 de Março



# REDE SOCIAL

Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho – DR 114/2006 – Série I-A, emitido por Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

# SERVIÇOS DE APOIO DOMICILIÁRIO

Despacho normativo n.º 62/99, de 12 de Novembro de 1999 – DR 265/99 – Série I-B, emitido por Ministério do Trabalho e da Solidariedade

# SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PARA PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL OU PSIQUIÁTRICO

Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio

# SISTEMA DE APOIOS AO TRATAMENTO E REINSERÇÃO SOCIAL DE TOXICODEPENDENTES (EQUIPAS DE INTERVENÇÃO DIRECTA OU EQUIPAS DE RUA; APARTAMENTO DE REINSERÇÃO SOCIAL)

Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março - DR 62/99 - Série I-A, Presidência do Conselho de Ministros

# PROGRAMA DE ALARGAMENTO DA REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS (PARES)

Portaria n.º 426/2006, de 2 de Maio, DR 84/2006 – Série I-B, emitido por Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social



**BIBLIOGRAFIA** 

# BIBLIOGRAFIA

- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO
   (1999) Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2000-2010, O Horizonte da
   Excelência, Lisboa.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO
   (2002) PROT-AML, Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa,
   Lisboa.
- CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO APLICADA (2001) Diagnóstico Social do Concelho de Cascais: (Des)Inserção Sócio-Profissional no Concelho de Cascais, versão síntese, Cascais.
- CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO APLICADA (2002) Carta Educativa do Concelho de Cascais, versão provisória, Cascais.
- CESDET, CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO APLICADA (2004) Juventude em Cascais, Modos de Vida e Condição Juvenil no Concelho de Cascais, Cascais.
- INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA, CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO APLICADA (2005) – Actualização do Diagnóstico Social de Indicadores do Concelho de Cascais, Cascais.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS (1995) Plano Director Municipal Cascais. A reafirmação de Cascais na Capitalidade de Lisboa, Divisão do Plano Director Municipal, Cascais.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS (1996) Guia de Equipamentos e Serviços do Concelho de Cascais, Acção Social e Saúde, Divisão de Assuntos Sociais, Cascais.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS (2001) Caracterização e Identificação de Áreas Educativas de Intervenção Prioritária, Resumo. Divisão de Educação, Cascais.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS (2004) Guia de Recursos, Apoio e Acompanhamento de Crianças e Jovens, Divisão de Assuntos Sociais, Cascais.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS (2004) Guia do Voluntariado do Concelho de Cascais, Acção Social e Saúde 2004, Divisão de Assuntos Sociais, Cascais.
- COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (2004) Modelo do Relatório de Avaliação da Actividade das CPCJ no ano 2004, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cascais, Cascais.
- FONSECA, L.; MALHEIROS, J.; ESTEVES, A. (2002) Immigration in Lisbon: routes of integration, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- GEOIDEIA (2005) Estudo sobre a População Imigrante Residente no Concelho de Cascais, relatório intercalar, Lisboa.
- GONÇALVES, C. (2003) Enquadramento familiar das pessoas com deficiência: Uma análise exploratória dos resultados dos Censos 2001. Artigo 69º da Revista de Estudos Demográficos N.º 33, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- GONÇALVES, C. (2004) Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal, Artigo 6º da Revista de Estudos Demográficos N.º 143, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002) O Envelhecimento em Portugal Situação demográfica e sócio-económica recente das pessoas idosas. Documento preparado pelo Serviço de Estudos sobre a População do Departamento de estatísticas Censitárias e da População.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Portugal (2003) Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto, 1991-2001, edição preliminar.
- MAGALHĀES, M (2003) Quem vive só em Portugal. Artigo 4º da Revista de Estudos Demográficos N.º 55, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- MEPAT, CCDRN (1998) Glossário de Termos: Ordenamento do Território, Ambiente, Património Cultural e Reabilitação Urbana, Porto.
- MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO (2000) Carta Social Rede de Serviços e Equipamentos. Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento, Lisboa.
- MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO (2002) Carta Social Rede de Serviços e Equipamentos. Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento, Lisboa.
- VALA, F., MALHEIROS, J. (2004) A problemática da segregação residencial de base étnica questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa, Artigo 89º da Revista de Estudos Demográficos N.º 36, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

